

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS
1.1 – Comissões

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA E DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/3/2020

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Cássio Soares, membros da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, e os deputados Repórter Rafael Martins, Ulysses Gomes e Professor Cleiton, membros da Comissão de Minas e Energia. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Bartô. A presidência informa que não há ata a ser aprovada por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o desenvolvimento e a situação atual do turismo náutico na região do Lago de Furnas bem como debater o baixo nível de água da represa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Thayse de Castro, presidente do Circuito Turístico Lago de Furnas; e os Srs. Mario Antônio Conceição, promotor de justiça da Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Varginha; Antonio Carlos Mendonça Nunes, responsável pelo Clube Náutico no Município de Fama; Djair Roberto Fernandes, diretor de Operação e Manutenção da Furnas Centrais Elétricas; José Eugênio Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur-MG; Bráz Pagani, presidente da Empresa de Desenvolvimento Regional do Sul de Minas; capitão de Mar e Guerra Nicácio Satiro de Araújo, capitão dos Portos da Capitania Fluvial de Minas Gerais; deputado federal Emidinho Madeira; Sebastião Cezar Lemos, prefeito de Carmo do Rio Claro; e Thadeu Alencar, coordenador do Movimento Pró-Furnas. O presidente, na condição de um dos autores do requerimento que deu origem à audiência, tece suas considerações. A seguir, passa a palavra aos deputados Professor Cleiton, Mauro Tramonte e Gustavo Santana, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Professor Irineu, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/6/2020

Às 9h5min, comparecem à reunião a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e os deputados

Carlos Pimenta, Elismar Prado, Gustavo Mitre, Zé Reis e Coronel Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater as ações da Secretaria de Estado de Cultura para o enfrentamento da pandemia de covid-19. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.901/2020, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada audiência pública com a presença de convidados para debater as ações da Secretaria de Estado de Cultura no enfrentamento da pandemia de covid-19;

nº 7.124/2020, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Bosco, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.075/2020, denominado Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, resultado de um amplo debate entre a classe artística, a sociedade brasileira e os parlamentares, projeto que, além de socorrer os diferentes segmentos e agentes da arte, da cultura e da economia criativa do País, estabelece uma agenda propositiva, articulando estados e municípios para a ativação do Sistema Nacional de Cultura, criando sinergia entre a sociedade civil e os entes da Federação para o fomento às artes e à cultura.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Maria Magdalena Rodrigues da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec; e os Srs. Saulo Pinto Muniz, apresentador, cantor, ator e humorista; e Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo. O presidente, como um dos autores que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais, e na sequência, concede a palavra aos demais deputados, também autores do requerimento, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Bosco, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/10/2020

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Carlos Pimenta e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.132/2020, no 1º turno (Noraldino Júnior), e 1.264/2019, no 1º turno (Raul Belém). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, por unanimidade em votação nominal, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.900/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Noraldino Júnior), e 1.243/2019 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça com a Emenda nº 1 (relator: Noraldino Júnior). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São retirados de pauta os Requerimentos nºs 62, 104, 1.617, 1.657, 3.781, 4.115, 4.396, 4.405, 4.406, 4.407, 4.408, 4.409 e 4.410/2019, por deliberação da comissão a requerimento do deputado Osvaldo Lopes.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 24, 51, 53, 223, 2.722, 2.728, 4.110, 4.111, 4.112, 4.118, 4.134, 4.136, 4.380, 4.384, 4.385, 4.388, 4.389, 4.390, 4.391, 4.392, 4.394 e nºs 4.402/2019 e 4.616, 4.652 e 5.934/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.442/2020, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências com vistas à contratação de funcionários para trabalhar como vigilantes nos parques estaduais para, entre outras funções, prevenir e controlar incêndios florestais;

nº 7.468/2020, do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao diretor executivo da Fundação Renova pedido de informações sobre o processo de reparação ambiental das áreas degradadas ao longo da Bacia do Rio Doce em consequência do rompimento da Barragem do Fundão, em 2015;

nº 7.469/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para apresentação do panorama de gestão de recursos hídricos no Estado e dos resultados do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão – no ano de 2020, pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam;

nº 7.503/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Ouro Branco pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas a apurar e esclarecer a denúncia de ocorrência do crime de maus-tratos a um cão comunitário, morto covardemente após ser vítima de um tiro de chumbinho que atingiu seu coração;

nº 7.504/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Itabira pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas a apurar e esclarecer a denúncia de ocorrência do crime de maus-tratos a um cão ainda filhote, que foi encontrado ferido em estado grave em um lote vago, em 14/10/2020, e felizmente socorrido por protetores de animais da cidade;

nº 7.505/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – em Lavras pedido de providências para que a Delegacia de Polícia Civil apure, investigue e instaure inquérito policial com vistas a esclarecer a denúncia de crime de maus-tratos a animais na ocorrência em que um cão foi abandonado dentro de um saco de lixo, em um terreno vazio, e veio a óbito;

nº 7.506/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – em Matutina pedido de providências para que a Delegacia de Polícia Civil apure, investigue e instaure inquérito policial com vistas a esclarecer a denúncia de crime de maus-tratos a animais na ocorrência, em 14 de outubro de 2020, em que vários cães foram envenenados e encontrados mortos na cidade;

nº 7.507/2020, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a revitalização e a recuperação das nascentes que compõem a Bacia do Rio São Francisco.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2020.

Noraldino Júnior, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/10/2020

Às 13h12min, comparecem à reunião os deputados Doutor Jean Freire e André Quintão, membros da Comissão de Participação Popular, e a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães e Glaycon Franco, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes também os deputados Gil Pereira e Bartô. Havendo número regimental, o

presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 2.201/2020, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício de 2021. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Sammer Iego Lemos, coordenador do Movimento SOS Fanado, representando Daniel Costa Sousa, coordenador do movimento; Felipe Magno Parreiras de Sousa, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag; Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão; André Luiz Nascimento Dias, diretor executivo do Instituto Cultural In-Cena; Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/11/2020

Às 14h8min, comparecem à reunião os deputados Repórter Rafael Martins, João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Repórter Rafael, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Roberto Bastianetto, diretor adjunto da Companhia Energética de Minas Gerais (14/8/2020); Reynaldo Passanezi Filho (2), diretor adjunto da Companhia Energética de Minas Gerais (8/8 e 4/9/2020); Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (6/8/2020); e Renato Teixeira Brandão, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente (24/9/2020). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.575, 4.789, 4.838, 4.868, 5.689, 6.041, 6.173, 6.463, 6.464, 6.466 e 6.478/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.023/2020, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a possível venda do edifício-sede da Cemig, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Forluz, esclarecendo-se se ela já foi ou ainda será realizada e fornecendo-se a avaliação feita pelo Conselho Deliberativo sobre a oportunidade da venda neste momento do mercado imobiliário, com inclusão dos nomes dos responsáveis pela avaliação, do valor dela e da corretagem, especificando-se quem irá recebê-la, se houve concorrência ou venda direta para um comprador específico, qual foi a justificativa para a modalidade escolhida, quem foi o comprador, qual o valor pago, a forma escolhida para pagamento e se o contrato de aluguel com a Cemig continua vigorando e até quando;

nº 7.024/2020, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz – pedido de informações sobre a possível venda do edifício-sede da Cemig, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Forluz, esclarecendo-se se ela já foi ou ainda será realizada e fornecendo-se a avaliação feita pelo Conselho

Deliberativo sobre a oportunidade da venda neste momento do mercado imobiliário, com inclusão dos nomes dos responsáveis pela avaliação, do valor dela e da corretagem, especificando-se quem irá recebê-la, se houve concorrência ou venda direta para um comprador específico, qual foi a justificativa para a modalidade escolhida, quem foi o comprador, qual o valor pago, a forma escolhida para pagamento e se o contrato de aluguel com a Cemig continua vigorando e até quando;

nº 7.413/2020, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências com vistas à redução, pela Cemig, dos prazos para execução de todos os serviços a ela solicitados por pessoas físicas e jurídicas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2020.

Repórter Rafael Martins, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/11/2020

Às 16h6min, comparecem à reunião os deputados Doutor Jean Freire, André Quintão e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, as Propostas de Ação Legislativa nºs 70, 78, 79, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 107, 109, 113, 115, 116, 119, 12, 124, 125/2020, na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 2.201/2020 e de requerimentos (relator: deputado Doutor Jean Freire); 71, 72, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 86, 87, 88, 102, 104, 105, 108, 110, 111, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 126/2020, na forma de requerimentos (relator: deputado Doutor Jean Freire), e 73, 82, 112, 127, 128/2020, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.202/2020 e de requerimentos (relator: deputado Doutor Jean Freire); e rejeitada, em turno único a Proposta de Ação Legislativa nº 97/2020 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.869/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Cultura, no Município de Araçuaí, para debater a importância do Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha – Festivale – para a cultura da região e homenagear esse evento pelos 40 anos de sua existência;

nº 7.741/2020, do deputado Doutor Jean Freire e das deputadas Ana Paula Siqueira e Laura Serrano, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, a pedido da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente no contexto de isolamento social devido à pandemia de covid-19;

nº 7.775/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a precária situação dos trechos da BR-367 localizados entre Diamantina e o trevo de Carbonita e Almenara e Salto da Divisa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/11/2020

Às 9h9min, comparecem à reunião os deputados Doutor Jean Freire, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Participação Popular; a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Leonídio Bouças, Doorgal Andrada e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Administração Pública; a deputada Laura Serrano e o deputado Virgílio Guimarães, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães e Doorgal Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e o deputado Bartô, membro da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola, Rosângela Reis, Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Sávio Souza Cruz, Virgílio Guimarães, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças, Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão, Gustavo Valadares, Duarte Bechir, Ulysses Gomes, Doutor Jean Freire, Gustavo Santana, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Gustavo Mitre, Zé Reis, Bartô, Doorgal Andrada e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, informa que não há ata a ser lida por tratar-se da primeira reunião conjunta das comissões. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e obter informações, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sobre a gestão da Secretaria de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Fazenda em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende o Assembleia Fiscaliza. A presidência registra a presença remota dos Srs. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.828/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que seja elaborado, com urgência, estudo sobre a possibilidade de edição de decreto nos moldes do Decreto nº 47.898, de 2020, que prorrogou até o fim de agosto de 2020 a validade de certidões de débitos tributários negativas e positivas, especialmente para o setor cultural, prorrogando a validade das certidões até 31/12/2020, ou outra data que se aproxime ou se iguale ao prazo final, para o cumprimento dos requisitos para recebimento dos recursos da Lei Federal nº 14.017, de 2020, Lei Aldir Blanc – LAB –, bem como para que seja feita a análise de vigência retroativa para esse decreto que se busca seja editado, a fim de se garantir a isonomia no processo de execução da LAB no Estado no caso dos editais já lançados pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, e para que seja dada publicidade sobre os possíveis beneficiários dessa prorrogação;

nº 7.829/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para que adote medidas com o objetivo de a Assembleia Legislativa integrar o processo judicial que trata da reparação dos danos sofridos pelo Estado em razão do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na qualidade de *amicus curiae*;

nº 7.830/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que fomente a discussão sobre a redução das alíquotas interestaduais do ICMS, por meio de resolução do Senado Federal, para fins de mitigar a guerra fiscal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/11/2020

Às 11h13min, comparecem à reunião os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. Registra-se a presença do deputado Professor Wendel Mesquita. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Sra. Jacqueline Ferreira Moisés, promotora de justiça do Ministério Público de Minas Gerais (14/11/2020); e dos Srs. Samir Carvalho Moisés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo (17/10/2019); Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo (10/10/2019); e senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal (16/10/2020). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 919/2019, no 2º turno (Doutor Paulo), 2.060/2020, no 1º turno (Duarte Bechir), 1.631/2015, no 1º turno (Professor Cleiton), 146/2019, no 2º turno, e 1.187/2019, no 1º turno (deputado Zé Guilherme). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido, dos Projetos de Lei nºs 146/2019 (relator: deputado Zé Guilherme) e 919/2019 (relator: deputado Doutor Paulo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 816/2019 (relator: deputado Doutor Paulo), com voto “sim” dos deputados Doutor Paulo, Duarte Bechir e Zé Guilherme. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação, e aprovado o requerimento nº 7.117/2020, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater a capacitação, a inclusão e a renda de jovens e adultos, visando promover e abrir oportunidades para o público com menor poder aquisitivo, com destaque para a comunidade autista e comunidade com autismo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2020.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MINAS E ENERGIA, DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/11/2020

Às 9h14min, comparecem à reunião os deputados Repórter Rafael Martins, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças, Ulysses Gomes e Virgílio Guimarães, membros da Comissão de Minas e Energia; as deputadas Ione Pinheiro e Celise Laviola e o deputado Zé Reis, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; os deputados Virgílio Guimarães e Carlos Pimenta, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Leonídio Bouças, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; e o deputado Gil Pereira, membro da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola, Ione Pinheiro e Beatriz Cerqueira e os deputados Virgílio Guimarães, Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Leonídio Bouças, Dalmo Ribeiro Silva,

Elismar Prado, Ulysses Gomes, João Magalhães, Charles Santos, Guilherme da Cunha, Repórter Rafael Martins e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Repórter Rafael Martins, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende o Assembleia Fiscaliza. A presidência registra a presença do Sr. Fernando Passalio de Avelar, secretário adjunto da Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico – Sede. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.872/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que essa pasta se envolva nos debates em torno do Projeto de Lei Complementar nº 50/2020, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – na Região do Vale do Aço, com base nos estudos feitos pela Unileste, colabore na sua correção e construção e ajude na sua aprovação;

nº 7.875/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Repórter Rafael Martins, Gil Pereira e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que a Cemig priorize e agilize a ligação do Norte de Minas Gerais à rede de transmissão e distribuição de energia elétrica do Estado;

nº 7.876/2020, dos deputados Repórter Rafael Martins e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que seja atualizado o Atlas Eólico de Minas Gerais com os parâmetros tecnológicos atuais de aproveitamento de potencial eólico, de forma a facilitar a atração de investimento para o Estado, no processo de retomada econômica pós-covid-19;

nº 7.877/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e ao Ministério de Minas e Energia – MME – pedido de providências com vistas a que sejam abertas linhas de financiamento para a Cemig, para que essa empresa possa investir em redes de transmissão e distribuição de energia renováveis no Estado;

nº 7.878/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para seja cumprida a determinação constitucional de repasse obrigatório de 1% da receita orçamentária estadual à Fapemig;

nº 7.879/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à conclusão, pela Empresa de Pesquisa Energética, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel, dos estudos para implantação das subestações de energia elétrica em Buritizeiro e Janaúba, nos moldes adotados em Janaúba;

nº 7.880/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba – Codevasf – e ao Ministério do Desenvolvimento Regional pedido de providências para que sejam dinamizados os investimentos na Barragem de Jequiá, em face do seu poder de impulsionamento do desenvolvimento social e econômico;

nº 7.881/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para que o Sicoob, por meio de seu Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob –, correspondente do BDMG, seja credenciado para realizar operações e viabilizar linhas de crédito por ele ofertadas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Repórter Rafael Martins, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64/2020 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/11/2020

Às 14h9min, comparecem à reunião os deputados André Quintão, Inácio Franco e Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Hely Tarquínio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2020, no 2º turno, da qual designou como relator o deputado Cássio Soares. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado o parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2020, no 2º turno (relator: deputado Cássio Soares), na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

André Quintão, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE REDAÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/11/2020

Às 15h12min, comparecem à reunião os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, João Magalhães, Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BLP) e Zé Reis (substituindo o deputado Fernando Pacheco, por indicação da liderança do BMTH), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Leonídio Bouças, Raul Belém e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Administração Pública; as deputadas Ana Paula Siqueira, Celise Laviola e Andréia de Jesus (substituindo a deputada Ana Paula Siqueira, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler, Guilherme da Cunha e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Bruno Engler, por indicação da liderança do BLP), membros da Comissão de Constituição e Justiça; os deputados Duarte Bechir, Dalmo Ribeiro Silva, Ulysses Gomes, Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Doorgal Andrada, por indicação da liderança do BLP) e Zé Reis (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMTH), membros da Comissão de Redação; e a deputada Andréia de Jesus e os deputados Doutor Jean Freire, André Quintão, Gustavo Valadares, Leonídio Bouças e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Gustavo Santana e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dr. Jean Freire, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e obter informações, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sobre a gestão da Secretaria de Governo em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo. A presidência tece suas considerações iniciais e logo após passa a palavra ao convidado, para

que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.886/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado a Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam adotadas, pelo governo, as medidas necessárias para dar continuidade ao benefício Bolsa Merenda e ao programa Renda Minas em 2021, visando a minimizar a situação das famílias mineiras em extrema pobreza, uma vez que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade agravada pela pandemia de Covid-19;

nº 7.887/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja assegurado o repasse de recursos orçamentários referentes ao percentual mínimo previsto para as áreas da saúde e educação no ano de 2020, em atendimento ao disposto na Constituição da República;

nº 7.888/2020, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja priorizada a execução das emendas à Lei Orçamentária Anual de 2020 originadas de sugestão popular – IPU 4 – e dado o adequado encaminhamento à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag;

nº 7.889/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja assegurado o repasse de recursos orçamentários referente ao percentual mínimo previsto para Fapemig no ano de 2020, em atendimento ao disposto na Constituição do Estado;

nº 7.890/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja efetuado, no prazo legal, o pagamento da totalidade do 13º salário a todo o funcionalismo público de Minas Gerais, pagando assim, integralmente, aos servidores públicos, civil e militar, a devida gratificação natalina.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2020

Às 10h13min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes, Sargento Rodrigues e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.506/2020, no 1º turno (deputada Ana Paula Siqueira), 2.273/2020, no 1º turno (deputada Celise Laviola), e 2.185 e 2.255/2020, ambos no 1º turno (deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2020 e os Projetos de Lei nºs 963/2019 e 1.548 e 1.931/2020 são retirados de pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Guilherme da Cunha. O Projeto de Lei nº 993/2019

também é retirado de pauta por deliberação da comissão a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 dos Projetos de Lei nºs 2.208/2020 (relator: deputado Charles Santos), 3.712/2016 (relator: deputado Guilherme da Cunha), 4.704/2017, 1.195/2019 e 2.189/2020 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), 325/2019 e 1.700/2020 (relatora: deputada Celise Laviola), 873/2019 e 2.255/2020 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva), 1.497/2020 (relator: deputado Bruno Engler); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 2.185/2020 e 2.222/2020 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 2.273/2020 (relatora: deputada Celise Laviola). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 456/2019 (relator: deputado Bruno Engler), 2.063/2020 (relator: deputado Charles Santos) e 2.124/2020 (relator: deputado Guilherme da Cunha), todos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores. São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.861/2017 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) à Secretaria de Estado de Educação, 2.047/2020 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) à Secretaria de Estado de Fazenda, 2.100/2020 (relator: deputado Charles Santos) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Instituto Estadual de Florestas, e 2.277/2020 (relator: deputado Zé Reis) ao autor, à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Iturama. Na fase de discussão dos pareceres do relator, deputado Guilherme da Cunha, que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 533 e 795/2015, o presidente defere o pedido de vista da deputada Ana Paula Siqueira. É dada nova redação ao parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 1.400/2020. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.118/2020 (relator: deputado Zé Reis) é retirado de pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Guilherme da Cunha. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 dos Projetos de Lei nºs 736/2015 (relatora: deputada Celise Laviola) e 1.492/2020 (relator: deputado Bruno Engler); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.350/2019 e 1500/2020 (relatora: deputada Celise Laviola), 2.113/2020 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), 2.115/2020 (relator: deputado Guilherme da Cunha); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 2.166/2020 (relator: deputado Charles Santos). São baixados em diligência aos autores os Projetos de Lei nºs: 1.468 e 1.557/2020 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva), 1.573/2020 (relator: deputado Guilherme da Cunha), 2.074/2020 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), 2.111/2020 (relator: deputado Bruno Engler) e 2.205/2020 (relator: deputado Zé Reis). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.891/2020, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a viabilidade constitucional de iniciativas legais para delegar, a particulares, as funções públicas de fiscalização administrativa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/12/2020

Às 16h11min, comparecem à reunião os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a apreciar o relatório final das atividades da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que

compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.536/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Filipe Condé Alves pela recente eleição para o cargo de presidente da Associação do Circuito Turístico das Águas;

nº 7.562/2020, dos deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães, Professor Cleiton e Mauro Tramonte, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Plataforma Fartura Comidas do Brasil pelo sucesso da edição 2020 do Festival de Gastronomia de Tiradentes, mesmo em meio à pandemia de covid-19.

Submetido a votação, é aprovado o relatório final das atividades da comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Professor Irineu, presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/12/2020

Às 16h13min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Roberto Andrade e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes, Tito Torres, Zé Reis e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o cronograma das obras de extensão da rede de distribuição e novas subestações, bem como as conexões de plantas solares e projetos de expansão em Minas Gerais, especialmente no Norte do Estado. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. João Nilton Castro (2), superintendente do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo do Banco do Nordeste do Brasil (7 e 19/6/2019); Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de articulação institucional da Secretaria de Estado de Governo (31/8/2019); Reynaldo Passanezi Filho, presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (26/4 e 19/11/2020); Helio da Cunha Bisaggio, superintendente de Infraestrutura da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (7/11/2019); Bilac Pinto (3), secretário de Estado de Governo (todos em 12/3/2020); e Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (8/8/2020). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.893/2020, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Coronel Henrique e Leandro Genaro, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater, com o presidente da Cemig, o cronograma das obras de extensão da rede de distribuição e novas subestações, bem como as conexões de plantas solares e projetos de expansão em Minas Gerais, especialmente no Norte de Minas;

nº 8.023/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Ministério da Economia pedido de providências para que a medida provisória, que está sendo elaborada por essa pasta e visa reformular os fundos de desenvolvimento regional, contemple também os projetos do Norte de Minas Gerais, que estão na Área Mineira da Sudene;

nº 8.024/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional em Brasília pedido de providências para que sejam inseridas na Política Nacional de Desenvolvimento

Regional – PNDR – as obras das barragens de Jequitaiá e Congonhas, a expansão das linhas de transmissão de energia elétrica no Norte de Minas, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica e a reativação do transporte de passageiros por trem no Norte de Minas.

O requerimento nº 8.022/2020, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a localidade de cada uma das subestações que serão instaladas na região Norte do Estado e sobre qual será o traçado da rota do “linhão” na região do extremo norte do Estado, interligando os Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia é prejudicado, nos termos do art. 284, I, do Regimento Interno.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Ronaldo Alexandre Barquette, diretor de Atração de Investimentos do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi, representando o presidente; Flávio Roscoe Nogueira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; e Ronaldo Gomes de Abreu, diretor de Comercialização e Distribuição da Cemig. A presidência agradece a participação remota dos Srs. Bruno Catta Preta Pereira, coordenador estadual da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – Absolar; Walter Abreu, diretor da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD Seção Minas Gerais; Leonardo Lima de Vasconcelos, presidente da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros; Marcos Felipe Fonseca, Diretor de Projetos da Companhia Energética Integrada – CEI; Manoel de Andrade, diretor de Desenvolvimento e Geração da Atlas Energia Solar; e Rodrigo Botelho, sócio e CEO do Grupo BRGD Energia. Na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, o presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2020.

Gil Pereira, presidente.